

Guardia: adiar reajuste de servidor é alternativa

Ministro diz que postergar aumento de 2019 para 2020 geraria folga de R\$ 5 bilhões

ANA PAULA RIBEIRO

WASHINGTON - O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou ontem que, independentemente de quem ganhar as eleições em outubro, a realidade fiscal do país vai se impor, e o novo governo terá de dar prosseguimento às medidas de ajuste, ou seja, buscar equilíbrio entre receitas e despesas para garantir o crescimento da economia nos próximos anos. Segundo Guardia, uma das alternativas em estudo no momento é adiar para 2020 o reajuste dos servidores previsto para o ano que vem. A possibilidade de adiar o aumento foi antecipada pelo GLOBO em entrevista do ministro do Planejamento, Esteves Colnago, na

última terça-feira. De acordo com Guardia, isso geraria uma folga no Orçamento em torno de R\$ 5 bilhões.

Outra opção é a reoneração da folha de pagamentos. — Temos alguns desafios do ponto de vista fiscal para o ano que vem. Uma alternativa é adiar o reajuste, mas há outras que precisam ser discutidas. Isso só vai ser definido mais para frente, em agosto, quando o Orçamento for enviado ao Congresso — disse, após reuniões durante o encontro do FMI, nas quais o principal destaque foi a necessidade de dar continuidade às reformas, principalmente a da Previdência. Guardia reafirmou que a proposta de simplificação do PIS/Cofins será discutida com o Palácio do Planalto e depois encaminhada ao Congresso.

FUNCIONALISMO »

Governo volta a estudar adiamento de reajustes



Para o titular do Planejamento, Esteves Colnago, decisão é necessária para evitar estouro do teto de gastos no próximo ano

Ministros da área econômica propõem postergar por um ano correção salarial de 6,31%, prevista para janeiro de 2019. Medida afetaria 370 mil servidores

O governo pretende postergar para 2020 o reajuste salarial dos servidores públicos previsto para 2019. A medida, segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, poderia gerar uma economia de R\$ 5 bilhões e ajudaria a evitar a paralisação da máquina administrativa e dos investimentos públicos no próximo ano. Se a decisão for, de fato, implementada, cerca de 370 mil servidores de 23 categorias, como professores,

militares, auditores da Receita e peritos do INSS, ficariam com os salários congelados.

Em Washington, onde participa de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, confirmou que a proposta está em estudos. “Teremos um grande desafio fiscal em 2019 e isso (adiar reajustes) é uma alternativa”, disse.

Na avaliação da equipe econômica, a medida seria necessária porque o reajuste escalonado negociado pelo governo em 2016, época de inflação mais alta, está em descompasso com a realidade atual. Mesmo com o IPCA rodando abaixo dos 3% ao ano, o

reajuste previsto para 2019 é de até 6,31%. O percentual garante ganho real do poder de compra dos servidores à custa de outras verbas que precisarão ser cortadas para que o teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação) não estoure.

O governo já havia tentado adiar, por meio de medida provisória, o reajuste dos servidores de 2018 para 2019, mas enfrentou resistência de parlamentares e de sindicatos de servidores. A MP foi suspensa no fim de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal e perdeu validade no início de abril passado. Colnago avalia que, no próximo ano, o ambiente será mais favorável à aprovação da proposta.

Reação

“Poderia ser por meio de projeto de lei ou medida provisória. Seria a mesma tentativa, mas num outro cenário, com novo presidente eleito”, disse o ministro. Os servidores prometem reagir. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, disse que os funcionários públicos têm sido surpreendidos por “medidas unilaterais da administração” e pediu diálogo com o governo. “Se vierem mais medidas arbitrárias, só temos uma resposta, que é trabalhar contra”, afirmou.





Os técnicos da área econômica querem, ainda, resgatar o projeto de reestruturação das carreiras do funcionalismo, que foi apresentada em agosto do ano passado, mas não avançou, diante da oposição de servidores e parlamentares. A ideia é limitar o salário de ingresso no serviço público a R\$ 5 mil, e estabelecer uma escala de progressão até que o funcionário atinja o topo da carreira. Hoje, servidores de carreiras de elite, como auditor fiscal da Receita Federal, delegado da Polícia Federal ou advogado da AGU, começam com salário mensal superior a R\$ 20 mil.

Outras medidas em estudo para evitar o estrangulamento financeiro da União são o fim da desoneração da folha de pagamentos para alguns setores e a revisão de auxílios sociais para identificar os que são pagos irregularmente. “A ideia é que os programas sociais passem a ter revisões mensais”, disse Colnago.

Geap em risco

»ALESSANDRA AZEVEDO
»ANTONIO TEMÓTEO

Após três semanas à frente da diretoria executiva da Geap Saúde, a conclusão de Roberto Fontenele é de que a situação dos 450 mil associados da empresa “dá dó”. Com a operadora perto da falência, eles estão “absolutamente à deriva”, disse, em cerimônia de posse de gerentes da filial do Distrito Federal, nesta semana.

Em áudio ao qual o Correio teve acesso, Fontenele demonstrou preocupação com a solvência da Geap, que, segundo ele, está “com R\$ 330 milhões a menos no caixa”, e afirmou que, se “não arrumar R\$ 130 milhões” até 30 de junho, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) liquidará a empresa, hoje em regime de direção fiscal.

O resultado é que, “se brincar, nos próximos 60 dias, estaremos sem emprego”, alertou Fontenele, que assumiu a diretoria executiva em 29 de março. “Todos,

absolutamente todos. Não sobra nenhum”, reforçou. Ele ressaltou a dificuldade de resolver o problema.

“Eu não faço milagre, não fabrico dinheiro. Arrumar R\$ 130 milhões hoje não é coisa fácil, de jeito nenhum”, disse Fontenele. Segundo ele, a Geap tem perdido, em média, 5 mil clientes por mês, de forma que “não entra recurso nenhum”. “Eu já conheci a Geap com 900 mil pessoas. Hoje, tem 450 mil associados que estão absolutamente à deriva. Dá vontade de parar e de chorar”, frisou.

Fontenele afirmou que a diretoria executiva da Geap não tem “seriedade, honestidade e respeito às pessoas que pagam mensalidade para serem atendidas”. A empresa “está pegando fogo”, disse Fontenele, e a culpa, segundo ele, é das gestões anteriores, que não foram “nem um pouco benfeitas”. “Tenho pelo menos 15 anos nesse mercado e nunca vi nada parecido”, apontou. O Correio tentou contato com a Geap, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.